



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA Nº 3326 - BA (2021/0223257-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : MUNICIPIO DE CANDEIAS
PROCURADORES : VASCO DE PHILADELPHO NEVES - BA013853
TADEU MUNIZ NOGUEIRA - BA018012
MAXIMINO XAVIER DE SOUZA E OUTRO(S) - BA000588
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
INTERES. : MARINALDO REIS DOS SANTOS
ADVOGADO : MARINALDO REIS DOS SANTOS - BA054166

DECISÃO

Cuida-se de suspensão de liminar e de sentença proposta pelo MUNICÍPIO DE CANDEIAS (BA) contra decisão proferida pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, nos autos dos Embargos de Declaração n. 8001743-92.2019.8.05.0044.1, em razão de negativa de provimento ao recurso de apelação interposto.

Narra que, na origem, no Mandado de Segurança n. 8001743-92.2019.8.05.0044, foi concedida a segurança para determinar à autoridade impetrada que promova a convocação do impetrante para ocupação de cargo em razão do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2018.

De consequência, explicita que foi ajuizada a Apelação Cível n. 8001743-92.2019.8.05.0044, tendo sido negado provimento ao recurso. Após, foram rejeitados os embargos de declaração interpostos pela municipalidade.

Argumenta que houve a formalização de termo de ajustamento de conduta entre o Município de Candeias e o Ministério Público, por meio do qual o município em foco não poderia mais ter em seus quadros servidores contratados por REDA ou qualquer outra contratação excepcional ou irregular, sob pena de incidência de sanções decorrentes do TAC.

Sustenta, portanto, que a possível convocação do impetrante em processo seletivo, que não tem mais validade, desobedeceria o que fora determinado no TAC em comento.

Segue transcrição da ementa do julgamento da apelação interposta no Tribunal *a quo*:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO EM RAZÃO DE SUPOSTA AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. PRELIMINAR QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO, DEVENDO COMO TAL SER TRATADA. MÉRITO. CONCURSO PÚBLICO. PRETERIÇÃO ILEGÍTIMA. CANDIDATO DEFICIENTE. DIREITO À CONVOCAÇÃO PARA OCUPAR A QUINTA VAGA SURGIDA PARA O CARGO PARA O QUAL FOI APROVADO NO PROCESSO SELETIVO. ART. 78, §1º, DO EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. REGRA DE CONVOCAÇÃO EM CONSONÂNCIA COM O ART. 37, XIII, DA CF-88 E COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL PÁTRIA. CONFORMIDADE COM O PARECER MINISTERIAL. SENTENÇA MANTIDA. PEDIDO FORMULADO EM SEDE DE CONTRARRAZÕES. IMPOSSIBILIDADE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. RECURSO CONHECIDO IMPROVIDO.

Tal decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no julgamento dos embargos de declaração apresentados, como se vê a seguir:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESE NÃO PREVISTA NO ART. 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO JULGADO. RECURSO QUE NÃO SE PRESTA AO REEXAME DE MATÉRIAS JURÍDICAS JÁ APRECIADAS E DECIDIDAS PELO ÓRGÃO JULGADOR. MERO INCONFORMISMO COM O RESULTADO DO JULGADO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO A SER SANADO POR MEIO DESTA ESTREITA VIA RECURSAL. EMBARGOS REJEITADOS.

É, no essencial, o relatório, decido.

O deferimento da suspensão de segurança é condicionado à demonstração da ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública. Seu requerimento é prerrogativa de pessoa jurídica que exerce múnus público, decorrente da supremacia do interesse estatal sobre o particular.

Ademais, esse instituto processual é providência extraordinária, sendo ônus do requerente indicar na inicial, de forma patente, que a manutenção dos efeitos da medida judicial que busca suspender viola severamente um dos bens jurídicos tutelados, pois a ofensa a tais valores não se presume.

A suspensão de segurança não tem natureza jurídica de recurso, razão pela qual não propicia a devolução do conhecimento da matéria para eventual reforma. Sua análise deve restringir-se à verificação de possível lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, nos termos da legislação de regência, sem adentrar o mérito da causa principal, de competência das instâncias ordinárias. Não basta a mera e unilateral declaração de que a decisão liminar recorrida levará à infringência dos valores sociais

protegidos pela medida de contracautela.

Repise-se que a *mens legis* do instituto da suspensão de segurança é o estabelecimento de uma prerrogativa justificada pelo exercício da função pública na defesa do interesse do Estado. Sendo assim, busca evitar que decisões contrárias aos interesses primários ou secundários, ou ainda mutáveis em razão da interposição de recursos, tenham efeitos imediatos e lesivos para o Estado e, em última instância, para a própria coletividade.

No presente caso, não se verifica a ocorrência de grave lesão a nenhum dos bens tutelados pela lei de regência, porquanto não se comprovou, de forma inequívoca, em que sentido a ordem, a saúde, a segurança e a economia públicas estão sendo afetadas em razão da concessão da segurança no sentido de convocação do candidato deficiente para ocupar a vaga surgida, após análise meritória no sentido de que está presente a prova pré-constituída no caso em tela.

Destaque-se que haverá continuidade do debate jurídico na demanda originária, não se verificando qualquer irreversibilidade com a manutenção da decisão impugnada. Se, ao final do julgamento no tribunal *a quo* acerca do mérito recursal, houver decisão pelo reconhecimento da ilegalidade da convocação determinada, haverá, de consequência, o desfazimento de tal ato, o que demonstra que não há qualquer risco de dano irreversível se não acolhido o pedido da presente suspensão.

Destaque-se, de toda sorte, que as questões eminentemente jurídicas debatidas na instância originária são insuscetíveis de exame na via suspensiva, cujo debate tem de ser profundamente realizado no ambiente processual adequado.

Ademais, a suspensão de segurança não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, conforme remansosa jurisprudência desta colenda Corte federal, e haverá a oportunidade de continuidade do debate jurídico que está sendo travado na demanda originária.

No sentido de que o art. 4º da Lei n. 8.437/92 não contempla como um dos fundamentos para o conhecimento da suspensão a grave lesão à ordem jurídica, não havendo aqui espaço para a análise de eventuais *error in procedendo* e *error in judicando*, restrita às vias ordinárias, colaciono os seguintes precedentes desta Corte:

**AGRAVO INTERNO NA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA.
CÂMARA MUNICIPAL. ELEIÇÃO
DA MESA DIRETORA EM DESACORDO COM AS NORMAS
REGIMENTAIS. GRAVE LESÃO
À ORDEM PÚBLICA E ADMINISTRATIVA. NÃO
DEMONSTRAÇÃO. VIA INADEQUADA
PARA ANÁLISE DO MÉRITO DA CONTROVÉRSIA.
SUCEDÂNEO RECURSAL.
IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS
NÃO INFIRMADOS.**

- 1. O deferimento do pedido de suspensão está condicionado à cabal demonstração de que a manutenção da decisão impugnada causa grave lesão a um dos bens tutelados pela legislação de regência.**
- 2. O instituto da suspensão de segurança, por não ser sucedâneo recursal, é inadequado para a apreciação do mérito da controvérsia.**
3. Mantém-se a decisão agravada cujos fundamentos não foram infirmados.
4. Agravo interno desprovido. (AgInt na SS n. 3.080/AP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 12/3/2020, grifo meu.)

AGRAVO INTERNO NA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA À ORDEM E À SAÚDE PÚBLICAS, BEM COMO À ORDEM JURÍDICA; ESTA ÚLTIMA NÃO CONSTA DO ROL DOS BENS TUTELADOS PELA LEI DE REGÊNCIA. AGRAVADA VENCEU EM CINCO LOTES DE PREGÃO ELETRÔNICO, POSTERIORES AO PEDIDO SUSPENSIVO INDEFERIDO. FALTA DE PLAUSIBILIDADE DAS ALEGAÇÕES DE GRAVE LESÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

- 1. O pedido de suspensão visa à preservação do interesse público e supõe a existência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, sendo, em princípio, seu respectivo cabimento, alheio ao mérito da causa. É uma prerrogativa da pessoa jurídica de direito público ou do Ministério Público decorrente da supremacia do interesse público sobre o particular, cujo titular é a coletividade, cabendo ao postulante a efetiva demonstração da alegada ofensa grave a um daqueles valores.**
- 2. Tal pedido, por sua estreiteza, é vocacionado a tutelar tão somente os citados bens tutelados pela lei de regência (Leis n.ºs 8.437/92 e 12.016/2009), não podendo ser manejado como se fosse sucedâneo recursal, para que se examine o acerto ou desacerto da decisão cujos efeitos pretende-se sobrestar. Sustentada alegação de lesão à "ordem jurídica" não existe no rol dos bens tutelados pela lei de regência.**
3. A ora Agravada ainda presta serviço ao Agravante, com participação em certames licitatórios no âmbito do fornecimento de refeições hospitalares, tendo vencido em cinco lotes de pregão eletrônico, posteriores ao pedido de suspensão indeferido. Ausência da plausibilidade sustentada pelo Agravante, no tocante às graves lesões à ordem e à saúde públicas.
4. Agravo interno desprovido. (AgInt na SS n. 2.887/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 27/9/2017, grifo meu.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de suspensão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente